

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

A contribuição de Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci para o entendimento da economia e política brasileira do século XIX.

Débora El-Jaick Andrade.

Cita:

Débora El-Jaick Andrade (2009). *A contribuição de Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci para o entendimento da economia e política brasileira do século XIX*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1214>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A contribuição de Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci para o entendimento da economia e política brasileira do século XIX.

Débora El-Jaick Andrade

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense,
professora de teoria e metodologia da História
na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Brasil)
deb-eljaick@uol.com.br

O objetivo deste ensaio é destacar a contribuição de dois referenciais do pensamento marxista, Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci para se refletir sobre o desenvolvimento político e econômico no Brasil durante o século XIX.

Durante grande parte do século XIX, por mais de sessenta anos, este país tornou-se independente sob o cetro de dois monarcas da dinastia portuguesa dos Bragança e no intervalo entre um imperador e outro, durante os anos de 1830 sob a regência, passou por uma breve experiência republicana. Em meio a períodos de instabilidade política e social, sucedidos por outros de estabilidade e alternância partidária, a economia agrícola e baseada no labor de cativos, passaria a centrar-se na lavoura cafeeira, com destaque para a importância política da Corte e do Centro sul do país.

Mas qual seria a inserção do país recém independente na ordem econômica mundial, marcada pela expansão das relações e formas de produção capitalistas? Acreditamos que a leitura da obra de Rosa Luxemburgo, a economista marxista, militante do PSD Rosa Luxemburgo em sua obra *A Acumulação de capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo* ajuda-nos a clarificar esta questão. Conforme constatamos no primeiro capítulo de nossa tese de doutorado, ela tem muito a nos oferecer para explicarmos o processo de constituição do centro-periferia e de como eles são complementares. Apresenta-nos o desafio de analisar a sociedade brasileira a partir da segunda metade do século XIX, com sua característica agrário-escravista, sob crescente predomínio do imperialismo inglês.

Após a independência, o Brasil se caracterizava de um lado, pelo rompimento político com a condição de colônia, por outro lado, pelas permanências econômicas a despeito das mudanças que se enraizavam lentamente na economia. A sociedade brasileira do período pós 1780 e por todo o séc. XIX, testemunhava a ascensão do café como principal produto de exportação. O historiador João Fragoso analisou a montagem da agricultura cafeeira realizada em um período de recessão segundo os modelos explicativos clássicos que se baseavam no sentido da colonização. Enfoca principalmente uma dinâmica autônoma do mercado interno em relação ao mercado externo que ocorre desde o período colonial. Esta dinâmica própria implica que, apesar das variações de preços nos mercados externos, no período de 1815 e 1850 -final da Colônia e Império- havia bases próprias de acumulação e reprodução com auto financiamento da lavoura e comércio colonial, assim como o consumo interno de alguns produtos, propiciando uma acumulação endógena de capital em meio à economia escravista agro-exportadora dependente, que representou um traço de continuidade em relação à economia colonial.

Fragoso conclui que na origem das grandes fortunas dos barões do café do Paraíba do Sul estavam os comerciantes não só de exportação, mas dedicados ao mercado interno (comércio e cana de açúcar). A partir do capital gerado endogenamente, o período das últimas décadas do século XVIII até 1850 vivenciava a transformação da acumulação mercantil em produção. É particularmente elucidativa a constatação de Fragoso de que o escravismo colonial em sua reprodução gera formas de produção não capitalistas ligadas a seu abastecimento, entre as quais a produção camponesa, o trabalho livre não assalariado da estância gaúcha e a produção escravista de alimentos. Conforme afirma o autor: “O fato de a agro exportação se reproduzir em meio a um mercado interno dominado por formas de produção não capitalistas assegura uma reprodução dos

seus custos monetários, o que lhe possibilita uma maior elasticidade frente às conjunturas internacionais”.¹

A própria essência não capitalista do modo de produção escravista colonial, do mercado interno promovendo a acumulação endógena de capitais ganha sua significação mais completa com a análise de Rosa Luxemburgo, quanto à articulação entre centro e periferia. No século XIX, quando o modo de produção capitalista industrial em sua fase concorrencial se consolidava internacionalmente, a base desta expansão estaria, segundo a autora, no “consumo das camadas sociais e de países não capitalistas”. Tal demanda era voltada tanto para meios de consumo, como tecidos e outras mercadorias, como para meios de produção na 1ª metade do século XIX, ferrovias, máquinas, metalurgia, indústria química etc, auxiliando na acumulação de mais valia e em sua realização.

No caso do Brasil, a penetração das ferrovias em meados do século, por si só não significava que havia domínio do modo de produção capitalista, mas como afirma Rosa Luxemburgo, constituía um dos primeiros pressupostos de penetração da produção capitalista.² Os países centrais do capitalismo vendendo bens de produção para países como o Brasil, não capitalista, impulsionaram sua indústria de bens de consumo e de meios de produção. Para a economista marxista “não há razão alguma que nos obrigue a admitir que todos os meios de produção exigidos e os meios de consumo resultantes devam ser fabricados de modo capitalista”³. As crises ocorridas pela interrupção do fornecimento destes meios de produção produzidos de modo não capitalista “demonstra quanto a acumulação capitalista depende dos meios de produção que são produzidos de modo não capitalista”.⁴

Há assim uma vinculação da acumulação capitalista a círculos não capitalistas até porque estes materiais e elementos de produção são necessários para ampliação contínua da produção capitalista que necessita baratear e consumir este capital constante.⁵

Na análise feita por Rosa Luxemburgo sobre a reprodução ampliada do capital, previamente teorizado por Marx em *O Capital*, a idéia do domínio exclusivo do modo de produção capitalista nos processos de reprodução simples e ampliado, aparece como uma ficção. A autora aponta para a ligação e dependência sobre formas de produção pré capitalistas quanto 1) a realização da mais valia através do mercado consumidor pré capitalista, 2) A ampliação constante de forças produtivas

¹ FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura*. 2ªed, Rio de Janeiro:Civilização Brasileira,1998.p.27

² LUXEMBURGO, Rosa.A *Acumulação de capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*.São Paulo: Nova Cultural , 1985. p.242.

³ Idem. Ibidem.p.245. Como acrescenta Luxemburgo a origem dos meios de produção industrial para as fábricas inglesas provinha de formas de trabalho escravistas (algodão dos Estados Unidos) ou feudais no século XIX (cereais da Rússia feudal)

⁴ Idem. Ibidem. p.246.

⁵ Idem. Ibidem.

através da busca de capital constante e capital variável , 3) Que a própria força de trabalho que beneficia a acumulação provém de formas e modalidades de trabalho pré-capitalistas (feudais, escravistas, camponesas) sujeitos a coerção de outras autoridades que não ao capital.

Se de um lado, a análise de Marx, endossada por Rosa, permite pensar que as relações capitalistas, em sua expansão tendem a destruir as forças não capitalistas, incorporando estes trabalhadores, por outro lado permitem também entender a sua coexistência com o sentido de acumulação mais rápida do capital para esta ampliação:

Nas colônias, resultam desses esforços variados formas mistas, que vão desde o moderno sistema assalariado até relações primitivas de dominação. Eles nos mostram de modo palpável que sem a força de trabalho dos outros modelos de sociedade a produção capitalista não conseguiria subsistir.⁶

Esta constatação significa dizer que formas de produção mais “primitivas” como o escravismo colonial, auxiliariam ao capital na “intervenção mais rápida e violenta da acumulação que a imaginável em condições sociais puramente capitalistas”.⁷ A economia de um país baseado nas relações de trabalho escravistas e não capitalistas insere-se assim na própria dinâmica da expansão do capital, ao invés de estar localizada à margem dela.

Portanto, convergindo com a interpretação de Rosa Luxemburgo sobre o imperialismo e a acumulação de capital, João Fragoso analisa a acumulação do mercado interno, aponta para a transformação da economia brasileira na periferia do capitalismo.

Assim o Brasil independente guardava a continuidade do escravismo predominante no meio urbano e rural da economia agro-exportadora em que as acumulações endógenas eram garantidas não apenas pela *plantation*, mas pelos capitais oriundos do tráfico de escravos desde o século XVIII. Dentre as mudanças que tomavam corpo no período final analisado por Fragoso⁸, tem-se justamente o crescimento da importância do Rio de Janeiro, em que se estabeleceu a Corte portuguesa no Brasil, devido ao aumento do número de cativos desembarcados em seus portos, sobretudo aqueles vendidos a Minas Gerais pela expansão da produção alimentícia para o mercado interno, assim como pelo cultivo do café no Vale do Paraíba a partir de 1820. Com crescimento das fortunas vindas do tráfico de escravos, passam a ser convertidas também para financiar os grandes empreendimentos agrários. O incremento da inserção internacional pelos bons preços do açúcar no Norte Fluminense e o novo investimento no café no Vale do Paraíba, tornava o Rio de

⁶ LUXEMBURGO, Rosa. **Op.cit.** p.249-250.

⁷ Idem. *Ibidem.* p.251.

⁸ FRAGOSO, João. *Arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro.* 3ª ed, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1998.

Janeiro não apenas capital administrativa do novo Império, mas também importante pólo econômico. Estes capitais do tráfico negreiro passaram a financiar a expansão do café, iniciando como cultura de quintais e chácaras do perímetro urbano e suburbano da cidade do Rio de Janeiro, expandindo-se pelo Estácio rumo às Serras da Tijuca e da Gávea, em direção à Jacarepaguá e Campo Grande. Rapidamente o cultivo do café alcançava a região serrana, de um lado do Cantagalo, de outro, Resende e o Vale do Paraíba, caminho que servira de passagem para os antigos mineradores, em que se estabeleceram com seus escravos após o declínio da mineração. Aos poucos o café foi abrindo caminho, desmatando florestas, destruindo aldeamentos indígenas e expulsando posseiros que se dedicavam à agricultura familiar.

A estrutura sócio-econômica também vinha sofrendo transformações desde o período colonial. A concentração de escravos nas mãos de poucos senhores se agravava gradativamente no correr do século XIX⁹. Entre 1795 e 1830 chegaram ao Rio de Janeiro mais de 650 mil africanos vindos da África¹⁰ aliado ao contingente do tráfico interprovincial, para abastecer as grandes unidades produtivas do sudeste, embora como indique Fragoso, 60% da população cativa total estivesse em municípios não cafeeiros.

Mas o grande negócio do império, era o café. A montagem dos grandes engenhos e unidades cafeeicultoras no Rio de Janeiro, Zona da Mata de Minas e norte de São Paulo pressupunha a concentração da riqueza e do sobretrabalho em poucas mãos, tendo como característica central a agricultura extensiva com baixo nível técnico. A posse dos meios de produção, terras e escravos é característica fundamental desta classe de proprietários rurais senhores de terras e escravos “que com base no grande domínio rural, no poder político, militar e administrativo, controlavam e dirigiam escravos, agregados e outros segmentos sociais que giram, no fundo, em torno da grande propriedade”.¹¹

Ao mesmo tempo em que atuava em relações de produção não capitalistas, em que havia espaço para as veleidades aristocráticas, obtenção de títulos, comandas, etc. com o objetivo de enobrecer-se, a racionalidade capitalista já se manifestava na preocupação dos senhores com o lucro, com a cotação do café no mercado internacional. No sistema escravista colonial, para garantir a produção e a apropriação do sobretrabalho, o proprietário tinha por pré-requisito o ato de apropriar-se da pessoa do trabalhador. Para isto seria necessário um tipo de organização social

⁹ Na colônia o trabalho escravo estava disseminado entre muitos proprietários, estes possuíam em média de 1 a 5 escravos nos plantéis. No Império, mais da metade da população cativa encontrava-se em grandes plantéis com mais de 50 escravos.

¹⁰ FRAGOSO, João. “O império escravista e a república dos plantadores”. In: *História Geral do Brasil*. 9ªed, Rio de Janeiro, Campus, 1990. do p.148

¹¹ SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. pp37-38.

em que senhor e escravos fossem antagônicos, ou seja, uma sociedade hierarquizada, em que as formas de distinção assim eram muito importantes¹²

Paradoxalmente, na sociedade do oitocentos no nível das representações, as hierarquias eram reiteradas e se afirmava a separação entre proprietários de meios de produção (terras e escravos) e a “elite econômica” (comerciantes), produzindo a busca pelo enobrecimento através da compra de títulos e honrarias, tanto quanto a aquisição de engenhos e propriedades rurais. Os senhores de terras, denominados de “barões de café”, compartilhavam de uma mentalidade, valores e de uma visão de mundo que revelavam interesses de classe definidos.¹³ Um terço dos quase 1000 títulos concedidos pelos dois imperadores era de cafeicultores, comissários e banqueiros ligados ao café como a família Werneck, Nogueira da Gama, Paes Leme, etc.¹⁴

Ao lado de grandes cafeicultores, na sociedade escravista havia, no topo da hierarquia social, os comerciantes de grosso trato: 14% da população que detinha 60% da riqueza diversificada em propriedade de prédios públicos, dívidas ativas e empresas agrícolas na cidade do Rio de Janeiro. Este grupo hegemônico se destacava na sociedade imperial como agentes econômicos dominantes que assumiriam após a regência papel de dirigentes a serviço de seus interesses mercantis. A reprodução ampliada da economia como mostra Fragoso¹⁵, dependia da apropriação do sobretrabalho e investimento destes recursos na produção e na circulação.

Théo Piñeiro mostra que estes agentes econômicos dominantes eram os negociantes, que não eram apenas comerciantes, mas proprietários de capital que atuavam na esfera da circulação assim como no abastecimento de gêneros, no tráfico de escravos, nas atividades bancárias, companhias de seguro, manufaturas, aquisição de imóveis urbanos, desempenhavam papel chave como fornecedores de crédito e mão de obra para reprodução escravista¹⁶. Estes detinham a reposição física da reprodução das relações de produção e forças produtivas não capitalistas e cativas até quando o tráfico foi proibido em 1850. Fragoso chega até a afirmar que existia uma subordinação da empresa agrícola à acumulação mercantil. São os homens de negócios que em apoio à permanência de Pedro I se engajaram no processo de ruptura com Portugal sendo os principais financiadores do príncipe na empresa da independência, subscrevendo um empréstimo no valor de 400 contos para fazer frente aos gastos da administração e aos custos da guerra.¹⁷ Os negociantes a partir da independência constituiriam uma aliança com setores escravistas

¹² FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura*. Op. cit. p.34

¹³ Idem. Ibidem. p.42..

¹⁴ Idem. Ibidem. p.35.

¹⁵ Idem. Ibidem. p.150.

¹⁶ PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. “Os simples comissários”, *Negociantes e política no Brasil Império*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. (Tese de Doutorado) p.12-13.

¹⁷ Ver PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Op. cit. p.78.

fluminenses e participariam do *bloco no poder* ingressando nos aparelhos estatais, para garantir o controle sobre as políticas comerciais e públicas implementadas pelo Estado¹⁸.

Esta interpretação do poder político e econômico dos negociantes na sociedade imperial, revela a forte influência da obra de Antonio Gramsci sobre a historiografia brasileira nas últimas duas décadas, sobretudo ao se pensar o Estado e a construção da hegemonia. Seguindo a orientação teórica de Gramsci, Ilmar R. Mattos explica a particularidade do Brasil como a única monarquia escravista do continente americano e chama a atenção para a sua inserção na fase concorrencial do capitalismo internacional como fornecedora de produtos tropicais e ao mesmo tempo, como receptáculo de investimentos e de capitais ingleses.

Neste sentido obras como o *Tempo Saquarema* de Ilmar R. Mattos que desenvolveu uma importante linha de raciocínio baseando-se em Gramsci e E P Thompson, marcaram época e instigaram uma série de trabalhos que partiam dos seus pressupostos, ou seja, de que os indivíduos proprietários ingressam na *classe senhorial* que é uma formação social e cultural, uma categoria histórica que explica a coesão de interesses e projetos como constituinte de uma mesma identidade, resultado de experiências comuns vivenciadas pelos sujeitos históricos¹⁹. No que diz respeito ao período imperial tanto a *classe senhorial* quanto a classe dominante de plantadores escravistas tinham como característica a relação antagonica mantida com os escravos, em outras palavras, a posse da propriedade escravista. Contudo, a *classe senhorial* dela difere porque pressupõe a atuação política, a utilização do Estado imperial para construir a sua unidade e proporcionar sua expansão e integração de novos elementos dentre os plantadores de outras partes do país. Isto significava garantir a direção do Estado e a hegemonia por parte das classes proprietárias do sudeste.

Sua interpretação não contemporiza com a visão patrimonialista do Estado, que é visto de acordo com Raimundo Faoro em *Os donos do poder*, como "máquina de opressão"²⁰ onipotente que submete a sociedade passiva e acuada pela violência, desde o período colonial até o republicano. Igualmente desvia-se de uma interpretação muito aceita na historiografia recente sobre a política no Brasil Imperial que se baseia na obra de José Murilo de Carvalho, partindo de pressupostos da teoria das elites e de uma concepção dicotômica da sociedade civil e do Estado, visto como um árbitro dos conflitos intra-elites, instrumento de ordem e defesa dos interesses de liberais e conservadores, destinados a ordenar a "massa", que residiria na sociedade civil.

Ilmar Mattos, apesar de atribuir à Coroa uma função simbólica, à medida que se confunde com o próprio Imperador, por outro lado, dá grande ênfase ao papel de Gestor dos interesses

¹⁸ PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. "Introdução". Op. cit.

¹⁹ MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema* 3ª ed, Rio de Janeiro, Access, 1994. p.4 e pp.87-88

²⁰ Idem. Ibidem p.436.

dominantes²¹ frente a ameaças internas e externas, uma agência administrativa que mantinha relações com o mundo exterior.²² A Coroa lidaria com as divergências e conflitos entre dirigidos e dirigentes, promovendo a conciliação ainda no período regencial a partir do grupo saquarema, através da habilitação e homogeneização dos representantes políticos da *classe senhorial* para o exercício da direção e da dominação, mantendo os privilégios, o controle sobre os escravos, a preservação da unidade territorial e a continuidade dos interesses regionais.²³

Embora argumentando que a Coroa constituía-se na forma mais avançada dos interesses da classe em formação, e por isto não se reduzia à figura do imperador, mas “só pode ser um organismo, um elemento complexo da sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação”²⁴ há uma fragilidade em sua interpretação. A “organicidade” atribuída à Coroa não se expressa nas páginas de *O Tempo Saquarema*. A Coroa sobre a qual escreve o historiador, se confunde com o próprio Estado, partilhando da mesma função de um aparelho privado de hegemonia. Isto porque o Estado não é apresentado como materialização da correlação de forças da sociedade civil, porque esta última não estaria minimamente organizada. Esta confusão entre sociedade civil e sociedade política ocorre, supomos, porque parte-se da tentativa de adequação das categorias de Oriente e Ocidente ao caso brasileiro, concluindo-se que no Brasil a sociedade civil é gelatinosa, limitada em razão da escravidão.

É neste sentido, que o equívoco se instala na adesão à tradição sociológica brasileira que leu Gramsci e admitiu, sem maior atenção, o esquema contido nos *Cadernos do Cárcere* de que a sociedade brasileira no século XIX seria de tipo oriental e, portanto, o Estado seria forte e a sociedade civil fraca. A evidência destas definições várias vezes retocada na obra do marxista italiano, não deve obscurecer a complexidade da análise gramsciniana sobre o Estado. Primeiramente porque está bem claro que *força* e *consentimento* são ambas facetas da ação política e na vida estatal²⁵. Depois porque para quem parte da obra de Gramsci, o Estado deve ser entendido como uma relação social, materialização das disputas e da preservação dos interesses dominantes que nasciam na sociedade civil²⁶. Um Partido Político é um aparelho privado de hegemonia,

²¹ A Coroa reivindicaria não só o monopólio da elaboração das leis, mas também o da sua execução e fiscalização, no processo de unificação dos interesses dominantes. *Ibidem*. p.82.

²² *Idem*. *Ibidem*. pp.71;81-82.

²³ *Idem*. *Ibidem*. pp. 77-9.

²⁴ Citação de Gramsci reproduzida em MATTOS, Op. cit. p. 88.

²⁵ ²⁵ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. RJ, Civilização Brasileira, 1980.p.41.

²⁶ Ver artigo de Sônia R. Mendonça. “Agricultura, poder e Estado no Brasil: Um projeto contra-hegemônico na primeira república” In: MENDONÇA, Sônia & MOTTA, Márcia. *Nação e a história poder: As dimensões da história*. Eduff: Niterói, 1998

surgido a partir da organização de frações de classe na sociedade civil- e não na sociedade política, como parece sugerir a obra de Mattos. Sua gênese nos é descrita por Gramsci:

Esta é a fase mais abertamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas, é a fase que as ideologias germinadas anteriormente se transformam em "partido", entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social, determinando além da unicidade intelectual e moral. Coloca todas as questões em torno das quais se acende a luta não num plano corporativo, mas num plano "universal", criando assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima deste grupo. Mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força matriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais"²⁷.

Assim, conforme nos ensina A. Gramsci o projeto de direção saquarema no século XIX precisaria revestir-se de pretensões "universais", interpretadas sob o prisma dos interesses de uma fração da classe proprietária, transmutadas por um “projeto civilizatório” e nacional. No Brasil este projeto compreendia pacificar as províncias insurrectas, Bahia, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Maranhão e construir a hegemonia sobre princípios liberais, interpretados por políticos conservadores e regressitas.

²⁷ GRAMSCI, Antonio. Op. cit..p.50.